



**CONVÊNIO Nº 01/2024 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ POR MEIO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PENITENCIÁRIA – SEAP E A PREFEITURA  
MUNICIPAL DE ITAITUBA.**

O Estado do Pará por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP**, Órgão da Administração Direta, com sede na Avenida João Paulo II, nº 602, Bairro do Marco, CEP: 66.095-492 – Belém/PA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.929.042/0001-25, doravante designada **CONVENIENTE**, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Sr. **MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 13827 PM/PA e CPF nº 462.525.762- 04, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**, Órgão do Poder Executivo Municipal, com sede na Avenida Maranhão, s/nº, Edifício Semad, Bairro Bela Vista, CEP: 68.180.410, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.138.730/0001-77, doravante designada **CONCEDENTE**, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Sr. **VALMIR CLÍMACO DE AGUIAR**, portador do CPF nº 111.000.952-68 e do RG nº 4569273 PC/PA, **RESOLVEM** de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente **CONVÊNIO**, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, na Lei de Execução Penal nº 7.210/84, na Lei Ordinária Estadual nº 9.078/20, no Decreto Estadual nº 2.637 de 03 de dezembro de 2010, no Decreto Estadual nº 3.302, de 29 de agosto de 2023, e nas Resoluções do TCE/PA: nº 18.784/2016, nº 19.455/2022 e nº 19.472/2022, sujeitando-se às seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

O presente convênio tem como objeto oportunizar até **05 (cinco) pessoas privadas de liberdade – PPL's**, custodiadas no Sistema Penitenciário do Estado do Pará, na Unidade de Custódia e Reinserção de Itaituba – UCR Itaituba, em cumprimento dos regimes semiaberto e fechado, a reinserção social, através de atividade laborativa remunerada de **serviços gerais**, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho acordado entre as partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

**2.1 - COMPETEM À SEAP – CONVENIENTE:**

- I. Selecionar as PPL's que desenvolverão as atividades de acordo com a solicitação da **CONCEDENTE**;
- II. Zelar pelo bom desempenho do objeto deste instrumento;

Diretoria de Licitação, Contratos e Convênios – DLCC  
Coordenadoria de Convênios – CCONV

Avenida João Paulo II, nº 602, Marco, Belém/PA CEP: 66.095-492 – Telefone: (91) 3251-3007

E-mail: [cconv@seap.pa.gov.br](mailto:cconv@seap.pa.gov.br)

MARCO ANTONIO  
SIROTHEAU  
CORREA  
RODRIGUES:577404  
7  
Assinado de forma digital  
por MARCO ANTONIO  
SIROTHEAU CORREA  
RODRIGUES:5774047  
Dados: 2024.03.27  
17:20:25 -03'00'



- III. Cumprir e fazer cumprir as obrigações assumidas no presente Convênio;
- IV. Efetuar o pagamento mensal às pessoas privadas de liberdade que integram este Convênio, com os recursos repassados pela Concedente, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho e documentações pertinentes (fatura atestada pelo fiscal do convênio, certidões, folha de frequência, entre outros);
- V. Controlar, conjuntamente com a Concedente, o comparecimento das pessoas privadas de liberdade ao trabalho, através da folha de frequência mensal, que subsidiará a elaboração de folha de pagamento, com jornada máxima de 08 (oito) horas diárias, totalizando carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;
- VI. Orientar e acompanhar as pessoas privadas de liberdade, semanalmente, através da equipe técnica da unidade de atendimento do projeto, assegurando os seguintes itens:
  - a) Cumprimento do horário de execução das atividades (Entrada/Saída), conforme solicitado pela CONCEDENTE;
  - b) Obrigatoriedade do uso de uniforme e Equipamento de Proteção Individual (EPI) e a devolução no caso de desligamento;
  - c) Proibição do uso de celular no horário determinado como expediente;
  - d) Proibição do afastamento do local de trabalho sem prévia autorização da CONCEDENTE e da CONVENIENTE;
  - e) Proibição de visitas específicas a qualquer PPL no local de trabalho durante o expediente;
- VII. Substituir, quando necessário, as pessoas privadas de liberdade que não corresponderem à execução do Projeto de forma desejada;
- VIII. Administrar os recursos financeiros correspondentes ao pagamento de mão de obra carcerária garantindo o desenvolvimento das atividades do Convênio;
- IX. Encaminhar, ao Juízo das Execuções Criminais, a relação nominal e cópia do registro das pessoas privadas de liberdade contempladas e dos dias trabalhados, sempre que demandado;
- X. Comunicar à Concedente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sobre as saídas temporárias, atendimentos jurídicos e de assistência social, realização de provas, licenças e quaisquer outras questões que ensejem o não comparecimento das PPL's ao local de trabalho ou que as impeçam de cumprirem a jornada normal de trabalho;
- XI. Suspender a execução das atividades deste Convênio, por período necessário, no caso de rebeliões ou crises na Unidade Penitenciária, a fim de garantir a segurança dos colaboradores envolvidos o Projeto;
- XII. Desligar imediatamente do projeto, a PPL cuja participação na desordem ao





- estabelecimento prisional for confirmada, incapacitando-a de participar de qualquer atividade extra casa penal;
- XIII. Assegurar a remição de pena da PPL, em razão de acidente de trabalho, nos termos do Art. 126, §4º da Lei de Execução Penal;
- XIV. Informar, por meio da Gerência de Comercialização ([gcom@seap.pa.gov.br](mailto:gcom@seap.pa.gov.br)) quando houver necessidade de substituição no decorrer do mês, às PPL's substitutas e substituídas que elas farão jus ao recebimento da remuneração correspondente aos dias trabalhados, a qual a Concedente repassará à SEAP até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente, segundo o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei 9.078/20. Quando a solicitação de substituição ocorrer antes do término do mês, efetivar a troca de PPL somente no mês seguinte com vistas a evitar duplicidade no pagamento da contribuição previdenciária;
- XV. Fornecer os uniformes às pessoas privadas de liberdade que atuarão neste Convênio, composto por calça cinza e blusa azul de mangas compridas;
- XVI. Designar, por meio de portaria, nos termos do Decreto Estadual nº 3.302, de 29 de agosto de 2023, o seu representante legal (fiscal do Convênio) para acompanhar, assessorar, supervisionar e avaliar a perfeita execução do objeto do presente instrumento;
- XVII. Encaminhar todas as demandas à Concedente através do e-mail institucional, ficando vedada a solicitação de procedimentos, documentos, e outros, exclusivamente por *Whatsapp* e telefone. Em casos emergenciais, fora do horário de expediente, a comunicação poderá ser feita via *Whatsapp* e, tão logo seja possível, deverá ser reiterada pelo e-mail institucional;
- XVIII. Assegurar a alimentação e o transporte às pessoas privadas de liberdade que desenvolverão as atividades do objeto deste convênio, fornecidos pela Unidade de Custódia e Reinserção de Itaituba – UCR Itaituba.

## 2.2 - COMPETEM À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA – CONCEDENTE:

- I. Zelar pelo bom desempenho do objeto deste instrumento;
- II. Cumprir e fazer cumprir as obrigações assumidas no presente Convênio;
- III. Proceder às devidas orientações e treinamentos pertinentes à execução das atividades laborais assim como o fornecimento de matéria-prima, insumos e equipamentos de serviço, este último, se necessário;
- IV. Controlar, conjuntamente com a UCR-ITAITUBA, o comparecimento das pessoas privadas de liberdade ao trabalho, através da folha de frequência mensal, que subsidiará a elaboração de folha de pagamento, com jornada máxima de 08 (oito) horas diárias,

Diretoria de Licitação, Contratos e Convênios – DLCC  
Coordenadoria de Convênios – CCONV

Avenida João Paulo II, nº 602, Marco, Belém/PA CEP: 66.095-492 – Telefone: (91) 3251-3007  
E-mail: [cconv@seap.pa.gov.br](mailto:cconv@seap.pa.gov.br)



- totalizando carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;
- V. Repassar à SEAP os recursos previstos no presente instrumento, correspondentes ao salário mínimo vigente, o qual será ajustado anualmente pelo Governo Federal, acrescido da Contribuição Previdenciária (INSS), para fins de pagamento às pessoas privadas de liberdade pelos serviços prestados, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente a sua execução, conforme disposto no Plano de Trabalho em anexo, nos termos da Lei nº 9.078, de 16 de junho de 2020;
- VI. Antecipar à SEAP os recursos correspondentes ao mês de dezembro, os quais deverão ser repassados conjuntamente com o montante de novembro, até o 3º (terceiro) dia útil do mês de dezembro, por ocasião do encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, o qual determina datas limites para a consolidação de operações, visando evitar bloqueio e inclusão em DEA (Despesas do Exercício Anterior), ocasionando prejuízo às PPL'S com o atraso excessivo das remunerações, além de multa por atraso no recolhimento da contribuição previdenciária, ou suspender a execução do objeto do convênio no mês de dezembro, retornando às atividades normais em janeiro;
- VII. Encaminhar as folhas de frequência no dia 25 de cada mês, com os registros feitos até o momento do envio, para o e-mail da Gerência de Comercialização – GCOM ([gcom@seap.pa.gov.br](mailto:gcom@seap.pa.gov.br)), com cópia para a Gerência de Pecúnia – GPEC ([gpec@seap.pa.gov.br](mailto:gpec@seap.pa.gov.br)) e para a Unidade de Custódia e Reinserção de Itaituba – UCR ITAITUBA ([ucritaituba@seap.pa.gov.br](mailto:ucritaituba@seap.pa.gov.br)), comprometendo-se a enviar os demais dias trabalhados até o 1º dia útil do mês seguinte à execução do trabalho, juntamente com o demonstrativo de produção individual;
- VIII. Fornecer os materiais de trabalho necessários ao desempenho de todas as atividades contempladas na execução deste Convênio;
- IX. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, e todo o material de higiene e kit de primeiros socorros, garantindo o cumprimento das normas relativas à segurança e higiene, assegurando as condições de salubridade no ambiente de trabalho;
- X. Assegurar a formação técnica às pessoas privadas de liberdade, caso seja necessário, para a devida execução do trabalho;
- XI. Comunicar formalmente à Gerência de Comercialização – GCOM a ocorrência de quaisquer fatos relevantes que prejudiquem a execução do presente Convênio, por meio do e-mail: [gcom@seap.pa.gov.br](mailto:gcom@seap.pa.gov.br);
- XII. Garantir a remuneração e contribuição previdenciária da PPL impossibilitada, desde que apresentada prévia justificativa. São motivos justificados:
- a) A ausência, devidamente justificada, a critério da Conveniente;





- b) A paralisação do serviço nos dias em que, por conveniência da Concedente, não tenha havido trabalho;
- c) A ausência ao serviço por ocasião de acidente de trabalho;
- d) A doença devidamente comprovada.

XIII. Em caso de necessidade de substituição no decorrer do mês, caberá à PPL substituída e a sua substituta o recebimento da remuneração correspondente aos dias trabalhados, a qual a Concedente repassará à SEAP até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente, segundo os dispostos nos artigos 7º e 8º da Lei 9.078/20;

XIV. Designar o seu representante legal, o qual ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento;

XXIII. Encaminhar todas as demandas à Conveniente através do e-mail institucional, ficando vedada a solicitação de procedimentos, documentos, e outros, **exclusivamente** por *Whatsapp* e telefone. Em casos emergenciais, fora do horário de expediente, a comunicação poderá ser feita via *Whatsapp* e, tão logo seja possível, deverá ser reiterada pelo e-mail institucional;

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES:**

- I. O atraso injustificado no repasse dos recursos sujeitará à Concedente a multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do repasse mensal, para cada dia de atraso, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, consoante os dispostos nos arts. 156 e 184, § 3º da Lei Federal nº 14.133/21;
- II. A multa de que trata este item não impedirá a aplicação de outras sanções;
- III. Pela inexecução total ou parcial do objeto da permissão, ultrapassado o prazo estabelecido no item I, a Conveniente poderá aplicar à Concedente as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente: a) Advertência; b) Multa, meramente moratória ou multa penalidade de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do convênio;
- IV. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão administrativa que as tenha aplicado, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente;
- V. As Multas de mora serão aplicadas conforme a previsão no Art. 162 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021;
- VI. O valor da multa será fixado em real na data de sua aplicação e será corrigida pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas – FGV) na data da liquidação;
- VII. As penalidades previstas nesta cláusula poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da autoridade competente, se entender como justos os argumentos apresentados pela Concedente;



VIII. Quaisquer valores monetários oriundos de inexecução total ou parcial do objeto poderão ser protestados juntos às Serventias Extrajudiciais de Protesto de Títulos, acrescidos de 20% (vinte por cento) de honorários advocatícios, incidentes sobre o total da dívida, valor este que será demonstrado pelo mero cálculo aritmético quando da apresentação do título a protesto. A Concedente, quando da assinatura do presente instrumento, declara ser a dívida oriunda do inadimplemento parcial ou total do objeto do certame, líquida, certa e exigível.

IX. O descumprimento do item 2.2 – V e VI poderá implicar em multa progressiva no recolhimento da contribuição previdenciária das pessoas privadas de liberdade, ficando a **Concedente** responsável pelo pagamento da mesma, em conformidade com o disposto no art. 61 da lei 9.430/96.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS:**

Os recursos a serem repassados pela CONCEDENTE, devidamente descritos no Plano de Trabalho para o cumprimento do objeto, estimam a quantia de **R\$ 94.039,20 (Noventa e Quatro mil, trinta e nove reais e vinte centavos)**, a qual ficará assegurada na seguinte funcional programática:

**Programa de trabalho:** 97.101.03.421.1500.8228

**Natureza de despesa:** 339036

**Fonte:** 0.1.799.0000.62

**Plano Interno:** 1030008228C

Os recursos serão transferidos para conta bancária específica do Convênio, (a ser posteriormente indicada) aberta exclusivamente para a execução do objeto proposto e acompanharão o valor vigente do salário mínimo, os quais serão atualizados anualmente por meio de apostilamento ou termo aditivo, sempre que se fizer necessário.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS:**

- I. A Concedente compromete-se a repassar à SEAP o valor avençado de acordo com a Cláusula Quarta deste instrumento, em conformidade com o cronograma de atendimento previsto no Plano de Trabalho;
- II. O repasse dos recursos será feito até o 3º dia útil do mês subsequente, mediante conta bancária específica a ser posteriormente indicada;
- III. Os referidos recursos apenas deverão ser empregados nas despesas previstas no Plano de Trabalho;
- IV. Não ocorrendo à execução em até 30 (trinta) dias, os recursos deverão ser aplicados em caderneta de poupança;
- V. Os rendimentos auferidos serão obrigatoriamente computados a crédito do convênio e





aplicados exclusivamente na sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

**VI.** Os eventuais saldos constantes do Convênio nº 01.2024 serão depositados em conta corrente do **Banpará** posteriormente indicada pela Concedente.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

O presente instrumento vigorará de **01/04/2024** a **01/04/2025**, podendo ser prorrogado por Termo Aditivo, se assim acordarem as partes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO:**

O acompanhamento da execução deste Convênio será realizado por servidores da SEAP, e da Prefeitura Municipal de Itaituba, que serão indicados especificamente para este fim, nomeados através de portaria, os quais têm por atribuições àquelas elencadas nos arts. 34 a 37 do Decreto Estadual nº 3.302/2023, e o disposto no Manual de Orientações Para os Fiscais de Convênios, Acordos de Cooperação e Instrumentos Congêneres, Tópico V – Atribuições do Fiscal, além do dever de acompanhar, fiscalizar e apresentar relatório quando solicitado, sobre a execução do Convênio, observando se as partes signatárias estão cumprindo regularmente com as obrigações pactuadas.

7.1 – A SEAP indica o servidor JOILSON ALVES SILVA, MF N° 55209597, Gerente Administrativo, lotado na UCR-Itaituba;

7.2 – A Prefeitura Municipal de Itaituba indica o servidor JOÃO GONÇALVES DE OLIVEIRA NETO, CPF/MF nº 008.272.814-39;

7.3 – Para fins de prorrogação da vigência do instrumento é responsabilidade do fiscal apresentar relatório, abordando, dentre outros aspectos, o cumprimento das cláusulas do Convênio, a regularidade da execução do objeto, dos repasses dos recursos, dos pagamentos às pessoas privadas de liberdade e das contribuições previdenciárias, junto com a documentação necessária, nos termos da Lei Federal 14.133/21, do Decreto Estadual 3.302/23 e da Lei Estadual nº 6.286/2000.

7.4- Ao final do Convênio deverão apresentar Relatório de Cumprimento e Término do Objeto, o qual comprovará a realização do instrumento e, se for o caso, apontará eventuais inexecuções e irregularidades cometidas no curso do mesmo.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO:**

Qualquer dos convenientes poderá, a qualquer tempo, denunciar o presente convênio, inexistindo perdas e danos, mas deverá cumprir a etapa já iniciada. Em havendo inexecução convencional este instrumento estará rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou



extrajudicial, conforme o disposto no art. 39 do Decreto Estadual N° 3.302/2023.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES:**

Sempre que se fizer necessário, os partícipes, de comum acordo, poderão alterar o presente instrumento, por meio de Termo Aditivo e/ou apostilamento, exceto com relação ao seu objeto em conformidade com o disposto no art. 29, do Decreto Estadual n° 3.303/2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:**

A SEAP deverá apresentar prestação de contas ao término do Convênio, junto à Concedente, nos termos do Decreto Estadual 3.302/2023, a qual deverá ser instruída com as seguintes peças técnicas e contábeis:

- a) Relatório de cumprimento do objeto;
- b) Cópia do Termo de Convênio e seus aditivos;
- c) Cópia da Publicação no DOE do Convênio e seus termos aditivos;
- d) Demonstrativo de execução de Receita e Despesa, evidenciando o saldo e, quando for o caso, os rendimentos auferidos da aplicação no mercado financeiro;
- e) Relação de pagamentos efetuados com os recursos repassados pela concedente;  
Conciliação bancária;
- f) Extrato da conta corrente, específica, vinculada ao convênio;
- g) Balancete financeiro;
- h) Documento comprobatório das despesas, em original.

10.1. A SEAP poderá apresentar prestação de contas parcial, anual, entregue no mês de abril do ano subsequente, desde que não haja repasses de recursos após o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, mediante solicitação formalizada pela Concedente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS:**

A SEAP compromete-se a restituir o valor transferido pela Concedente, atualizado, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Omissão do dever de apresentar prestação de contas no prazo e forma exigidos;
- c) Utilização de recursos em finalidades diversas da estabelecida nos termos deste instrumento;
- d) Irregularidades que por ventura resultem em prejuízo ao erário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:**

O presente instrumento deverá ser publicado pela **SEAP**, na Imprensa Oficial do Estado, no prazo

Diretoria de Licitação, Contratos e Convênios – DLCC  
Coordenadoria de Convênios – CCONV  
Avenida João Paulo II, nº 602, Marco, Belém/PA CEP: 66.095-492 – Telefone: (91) 3251-3007  
E-mail: [cconv@seap.pa.gov.br](mailto:cconv@seap.pa.gov.br)





de 10 (dez) dias após a assinatura, nos termos do art. 28, §5º da Constituição do Estado do Pará e dos arts. 50 e 51 do Decreto Estadual nº 3.302/2023.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:**

Fica o eleito o foro da comarca de Belém-PA, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir dúvidas, ou litígios que porventura surjam na vigência deste Convênio.

E, por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que sejam produzidos os efeitos legais e pretendidos, assinado na presença de 02 (duas) testemunhas que também o subscrevem para um só efeito legal.

Belém/PA, de de 2024.

MARCO ANTONIO  
SIROTHEAU CORREA  
RODRIGUES:5774047

Assinado de forma digital por  
MARCO ANTONIO SIROTHEAU  
CORREA RODRIGUES:5774047  
Dados: 2024.03.27 17:22:09  
-03'00'

**MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES**

Secretário de Estado de Administração Penitenciária

VALMIR CLIMACO DE  
AGUIAR:1110009526  
8

Assinado de forma digital  
por VALMIR CLIMACO DE  
AGUIAR:11100095268

**VALMIR CLÍMACO DE AGUIAR**

Prefeito Municipal de Itaituba

**TESTEMUNHAS:**

1ª ..... 2ª .....  
CPF nº ..... CPF nº .....



## PLANO DE TRABALHO DE CONVÊNIO

**Modalidade:** Convênio Nº 01/2024

**Objeto do Convênio:** Alocar mão de obra de até 05 (cinco) pessoas privadas de do regime semiaberto e fechado, custodiados no Sistema Penitenciário do Estado do Pará, na **UCR ITAITUBA – Unidade de Custódia e Reinserção de Itaituba**, na atividade laborativa de serviços gerais.

**Período de Vigência Geral:** 01/04/2024 a 01/04/2025.

**Período de Execução:** 01/04/2024 a 01/04/2025.

### 1 – DADOS DO CONVENIENTE:

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA			CNPJ: 05.929.042/0001-25
Endereço: AV. JOÃO PAULO II, Nº 602, BAIRRO DO MARCO.			
Cidade: BELÉM	Estado (UF): PARÁ	CEP: 66095-492	DDD/Telefone: (91) 3251-3036
Conta Corrente do Convênio:	Banco: BANPARÁ	Agência:	Praça de Pagamento: BELÉM
Nome do Responsável: MARCO ANTONIO SIROTHERAU CORRÊA RODRIGUES			CPF: 462.525.762-04
CI/Órgão:  13.827 PM/PA	Cargo: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA		Função: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
E-mail: <a href="mailto:gcom@seap.pa.gov.br">gcom@seap.pa.gov.br</a> ; <a href="mailto:ctp@seap.pa.gov.br">ctp@seap.pa.gov.br</a>			

### 2 – DADOS DO CONCEDENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA			CNPJ: 05.138.730/0001-77
Endereço: AV. MARANHÃO, S/N, ED. SEMAD, BAIRRO BELA VISTA			
Cidade: ITAITUBA	Estado (UF): PARÁ	CEP: 68.180-410	DDD/Telefone: (93) 99159-1968
Nome do Responsável: VALMIR CLÍMACO DE AGUIAR			CPF: 111.000.952-68
CI/Órgão: 4569273	Cargo: Prefeitura Municipal de Itaituba		Função: Prefeito
E-mail: gabinete.prefeito@itaituba.pa.gov.br ; pgm@itaituba.pa.gov.br			

### 3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO:

3.1 - Título do Projeto: "REINSERIE ITAITUBA - MÃO DE OBRA CARCERÁRIA"	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	01/04/2024	01/04/2025
<b>3.2 - Identificação do Objeto:</b> <p>O presente Convênio Nº 01/2024 formalizado entre a <b>Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP)</b> e a <b>Prefeitura Municipal de Itaituba</b>, tem como proposta alocar mão de obra de 05 (cinco) pessoas privadas de liberdade dos regimes semiaberto e fechado, custodiados no Sistema Penitenciário do Estado do Pará, na <b>UCR ITAITUBA - Unidade de Custódia e Reinserção de Itaituba</b>, na atividade laborativa de serviços gerais, de acordo com as especificações neste Plano de Trabalho.</p>		



### 3.3 - Justificativa do Objeto:

A **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP)** buscando a reeducação e reinserção social dos internos, assim como prevê a **Lei de Execuções Penais (LEP)**, por meio de atividades remuneradas com o objetivo primordial de diminuir a ociosidade, de igual modo, proporcionando formação profissional ao condenado, a fim de readaptá-los, sobretudo, à comunidade.

Neste passo, a **Prefeitura Municipal de Itaituba**, abraçando a questão social a que se propõe a SEAP, desenvolve o Projeto **REINSÉRIE ITAITUBA - MÃO DE OBRA CARCERÁRIA** que tem como finalidade primordial absorver mão de obra carcerária para desenvolver os serviços de manutenção predial e limpeza em geral, bem como, criar condições para reinserção dos beneficiários do Projeto, possibilitando, além da remuneração pelo trabalho, a remição das penas, conforme previsto na Lei de Execução Penal - LEP.

Por fim, associando os objetivos da **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP** e da **Prefeitura Municipal de Itaituba**, é que se defende a celebração do convênio em questão.

### 4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

META	TAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO
01	01	<b>Remuneração de internos:</b> Salário Mínimo vigente (R\$ 1.412,00) + Contribuição Previdenciária (INSS) de 11% (R\$ 155,32) = <b>R\$ 1.567,32</b>	Internos	05 (cinco)	01/04/2024 A 01/04/2025

### 5 - PLANO DE APLICAÇÃO - VALOR ESTIMADO:

NATUREZA DE DESPESA - MÃO DE OBRA	CONCEDENTE	CONVENIENTE	TOTAL
ESPECIFICAÇÃO - ETAPA 1			
<b>Remuneração de internos:</b> Salário Mínimo vigente (R\$ 1.412,00) + Contribuição Previdenciária (INSS) de 11% (R\$ 155,32) = <b>R\$ 1.567,32</b> <b>(ANEXO 1 / 12 MESES)</b>	R\$ 94.039,20	R\$ 0,00	R\$ 94.039,20
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 94.039,20</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 94.039,20</b>

### 6 - CRONOGRAMA DE ATENDIMENTO:

#### (6.1) - CONCEDENTE:

#### META 01: PREVISÃO DE REPASSE MENSAL - VALOR ESTIMADO

**PERÍODO: 01/04/2024 A 01/04/2025**

ETAPA 01	1º PARC. ABR/2024	2º PARC. MAI/2024	3º PARC. JUN/2024	4º PARC. JUL/2024	5º PARC. AGO/2024	6º PARC. SET/2024
Remuneração de mão de obra	R\$ 7.836,60	R\$ 7.836,60	R\$ 7.836,60	R\$ 7.836,60	R\$ 7.836,60	R\$ 7.836,60
	7º PARC. OUT/2024	8º PARC. NOV/2024	9º PARC. DEZ/2024	10º PARC. JAN/2025	11º PARC. FEV/2025	12º PARC. MAR/2025
	R\$ 7.836,60	R\$ 7.836,60	R\$ 7.836,60	R\$ 7.836,60	R\$ 7.836,60	R\$ 7.836,60



**Notas Explicativas:**

- Parcelas estimadas (01/04/2024 a 01/04/2025): **R\$ 7.836,60.**

Destinação da Remuneração Mensal Por Reeduando Lei Nº 9.078, de 16 de junho de 2020.	
VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.567,32	
11%: R\$ 155,32	Contribuição Previdenciária (INSS) conforme Portaria do Ministério da Economia n.º 3.659, de 10 de fevereiro de 2020.
<b>SALÁRIO MINIMO vigente:</b> R\$ 1.412,00 Decreto Federal Nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023.	
50%: R\$ 706,00	Referente ao <b>Salário</b> que pode ser destinado ao custodiado ou familiar cadastrado.
25%: R\$ 353,00	Referente ao <b>Pecúlio</b> , depositado em caderneta de poupança.
25%: R\$ 353,00	Referente a valor destinado ao Estado para <b>Fundo de Trabalho Penitenciário</b> .

**7 – DECLARAÇÃO DO CONCEDENTE:**

Na qualidade de representante legal da **Concedente**, declaro, para os devidos fins de direito e de prova, junto à **Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP**, sob os efeitos e penas de lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública do Estado, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos, na forma deste Plano de Trabalho.

Termos em que  
Pede Deferimento.  
Belém/PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

VALMIR CLIMACO DE AGUIAR:11100095268

Assinado de forma digital  
por VALMIR CLIMACO DE AGUIAR:11100095268

VALMIR CLÍMACO DE AGUIAR  
Prefeito de Itaituba

**8 – APROVAÇÃO DO CONVENIENTE:**

Aprovado.  
Belém/PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES:5774047

Assinado de forma digital  
por MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES:5774047  
Dados: 2024.03.27 17:08:52 -03'00'

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES  
Secretário de Estado de Administração Penitenciária (SEAP)





ANEXO 01

PLANILHA DE REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL – ETAPAS 01 e 02							
Fundamento: Art. 28, §2º c/c Art. 33 da LEP							
ATIVIDADE LABORATIVA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	UNIDADE PENITENCIÁRIA	Nº DE INTERNOS	REGIME JURÍDICO	JORNADA DE TRABALHO	PERÍODO DE TRABALHO
Manutenção Predial e Limpeza em Geral	Serviços Gerais	R\$ 1.412,00* (Salário Mínimo vigente) + R\$ 155,32** (Contribuição Previdenciária (INSS) de 11% - Segurado Facultativo) = R\$ 1.567,32	UCR ITAITUBA	05 (CINCO)	SEMIABERTO E FECHADO	44 (quarenta e quatro) horas semanais  220 (duzentos e vinte) horas mensais	01/04/2024 A 01/04/2025

\*Base de cálculo: Salário Mínimo vigente em 2024.

Fonte: Decreto Federal nº 11.864, de 27/12/2023.

Fonte: Lei Nº 9.078, de 16.06.2020. Dispõe sobre a execução de projetos para exercício de atividades laborais pelas pessoas privadas de liberdade e da respectiva remuneração e institui o Fundo de Trabalho Penitenciário.

\*\*Base de cálculo: Contribuição 11% - Segurado facultativo

Fonte: Decreto nº 3.048 de 06 de maio de 1999.

VALMIR CLIMACO DE AGUIAR:11100095268 Assinado de forma digital por VALMIR CLIMACO DE AGUIAR:11100095268

MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES:5774047 047 Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES:5774047 047 Dados: 2024.03.27 17:09:12 -03'00'

**PORTARIA Nº 066 DE 02/04/2024-DAF**  
SERVIDOR: RAIMUNDO PRÓSPERO BRANDÃO MORAES  
CARGO: Agente de Portaria, MATRÍCULA: 61450/1.  
PERÍODO: 30.04.2024 á 29.05.2024  
TRIÊNIOS: 22.06.2009 a 21.06.2012

Protocolo: 1057629

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO  
DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

**PORTARIA Nº 976/2024-DG/DHCRV/CHC/GCCFC**  
A Diretora Geral do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e  
CONSIDERANDO o disposto no Art. 22, incisos I, II e X, da lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e suas alterações;  
CONSIDERANDO o que estabelecem as Resoluções CONTRAN nº 789/2020 e as Portarias do DETRAN/PA 506/2014 e 2432/2018;  
CONSIDERANDO o requerimento nº 2023/2325013, apresentado pela empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES BRIZOLA & BRIZOLA LTDA-ME inscrita no CNPJ sob o nº 07.850.592/0001-80, nome de fantasia AUTO ESCOLA INTERLAGOS, junto a esta Autarquia.  
CONSIDERANDO que as exigências legais foram atendidas mediante a apresentação da documentação necessária a renovação do credenciamento do referido CFC;  
RESOLVE:  
Art. 1º RENOVAR O CREDENCIAMENTO da empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES BRIZOLA & BRIZOLA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.850.592/0001-80, nome de fantasia AUTO ESCOLA INTERLAGOS (CLASSIFICAÇÃO A/B), com estabelecimento na TV. Victor Campos Nº 121, centro, CEP: 68.180-070, Itaituba/PA, com atuação na Região de Trânsito de Itaituba, no município de Itaituba, em tudo observada a Legislação em vigor.  
Art. 2º O credenciamento a que se refere o artigo anterior, terá validade de 36 meses a contar da data final de sua ultima Portaria.  
Art. 3º Fica atribuído ao CFC o número de registro 896100 neste DETRAN/PA.  
Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Belém, 08 de março de 2024.  
Renata Mirella Freitas Guimarães de Souza Coelho  
Diretora Geral

Protocolo: 1057613

SUPRIMENTO DE FUNDO

**PORTARIA Nº 1207/2024-DAF/CGP, DE 28/03/2024**  
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020- DG/CGP.  
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Suprimento de Fundos constante no Processo nº 2024/262095;  
RESOLVE:  
Art. 1º - AUTORIZAR a concessão de suprimento de fundos a servidora Arlisson Luís Ferreira Figueira, matrícula nº 5972594/1.  
Art. 2º - O valor do suprimento de fundos concedido corresponde a R\$-2.000,00 (DOIS MIL REAIS), para suprir as despesas emergenciais e de pronto pagamento decorrentes de atividades diárias de fiscalização de trânsito desenvolvidas pelas equipes de agentes de trânsito no município de SANTARÉM.  
Art. 3º - A despesa a que se refere o item anterior ocorrerá por conta de recursos próprios e terá a seguinte classificação:  
3339030 - R\$:-1.200,00  
3339036 - R\$:-800,00  
Art. 4º - O valor referido no art. 2º vincula-se aos seguintes prazos, de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 07/03/1964, e Instrução Normativa nº 01/2012-DETRAN/PA.  
Para aplicação: 30 dias após a data de pagamento.  
Para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a aplicação.  
REGINA BARBOSA ROCHA  
Diretora Administrativa e Financeira  
**PORTARIA Nº 1208/2024-DAF/CGP, DE 28/03/2024**  
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará- DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 3057/2020- DG/CGP.  
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Suprimento de Fundos constante no Processo nº 2024/330067;  
RESOLVE:  
Art. 1º - AUTORIZAR a concessão de suprimento de fundos ao servidor Jones Rosa da Silva, matrícula nº 5768004/2.

Art. 2º - O valor do suprimento de fundos concedido corresponde a R\$-4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), suprir as despesas emergenciais da Ciretran.  
Art. 3º - A despesa a que se refere o item anterior ocorrerá por conta de recursos próprios e terá a seguinte classificação:  
3339030 - R\$:-3.000,00  
3339036 - R\$:-1.000,00  
Art. 4º - O valor referido no art. 2º vincula-se aos seguintes prazos, de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 07/03/1964, e Instrução Normativa nº 01/2012-DETRAN/PA.  
Para aplicação: 30 dias a contar da data do recebimento.  
Para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a aplicação.  
REGINA BARBOSA ROCHA  
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 1057646

DIÁRIA

**PORTARIA Nº 1227/2024-DAF/cgp, de 02/04/2024**  
A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN- PA,usando das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria 3057/2019-DG/CGP;  
CONSIDERANDO a solicitação constante no Processo nº 2024/2093972;  
R E S O L V E:  
RETIFICAR na PORTARIA Nº 1130/2022-DAF/CGP de 19/03/2024, publicada no DOE nº 35.754 de 22/03/2024, que autorizou 14 e ½ diárias aos servidores Ana Carolina Machado Sampaio, Maria Rosimeire Medeiros de Deus, Sheila Cristina Pinto Ribeiro Lobo, Cristiane Ferreira, Martinho Jorge Rodrigues Leal , Rosa Maria Freitas Ferreira e Reinaldo dos Santos Barros, do município de Belém para os municípios Ourém – 14/03 à 17/03/2024, Mãe do Rio – 18/03 à 21/03/2024, Paragominas/Belém – 22/03 à 28/03/2024;  
Onde se lê: Ana Carolina Machado Sampaio – de 14 à 28/03/2024  
Sheila Cristina Pinto Ribeiro Lobo – de 14 à 28/03/2024  
Leia-se:Ana Carolina Machado Sampaio - para 16 à 30/03/2024  
Sheila Cristina Pinto Ribeiro Lobo - para 24/03 à 06/04/2024  
REGINA BARBOSA ROCHA  
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 1057699

SECRETARIA DE ESTADO  
DE ADMINISTRAÇÃO  
PENITENCIÁRIA

TERMO ADITIVO A CONTRATO

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 096/2021/SEAP/PA**  
**Termo aditivo: 3**  
Data da assinatura: 03/04/2024  
Exercício: 2024  
Classificação do Objeto: Outros  
Motivo: Do Preço e Vigência contratual.  
Justificativa: Fica ajustado entre as partes que, em atendimento ao disposto no art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 3.532, de 27 de novembro de 2023, a CONTRATADA se compromete a destacar, no documento fiscal, o valor do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza referente ao pagamento a ser realizado pela CONTRATANTE. O prazo de vigência será prorrogado pelo período de 12 meses, iniciando em 21/05/2024 e encerrando em 21/05/2025.  
Dotação Orçamentária: Funcional Programática:  
97101.1.03.421.1510.8283. Natureza da despesa: 339039. Fonte: 015000000001; PI: 1030008283C.  
Contrato: 096/2021/SEAP/PA  
Contratado: ÁGUA NORTE – TRATAMENTO DE ÁGUA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - EPP  
CNPJ: 15.622.879/0001-80  
Endereço: Quadra 05, Lote 20 A, Nova Marabá, Marabá/PA  
Ordenador: MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORRÊA RODRIGUES – Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Protocolo: 1057745

CONVÊNIO

**CONVÊNIO Nº 01/2024**  
Data de Assinatura: 27/03/2024.  
Vigência: 01/04/2024 a 01/04/2025.  
Objeto do Convênio nº 001.2024: O presente convênio tem como objeto oportunizar até 05 (cinco) pessoas privadas de liberdade – PPL's, custodiadas no Sistema Penitenciário do Estado do Pará, na Unidade de Custódia e Reinserção de Itaituba – UCR Itaituba, em cumprimento dos regimes semiaberto e fechado para a atividade laborativa de serviços gerais, de acordo com os termos descritos no Plano de Trabalho.  
Justificativa: Formalização de Novo Convênio.  
Valor: R\$ 94.039,20 ( Noventa e Quatro mil, trinta e nove reais e vinte centavos)



Partes:  
Conveniente: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP.  
Concedente: Prefeitura Municipal de Itaituba.  
Nome do Ordenador: Marco Antonio Sirotheau Corrêa Rodrigues.  
**Protocolo: 1057614**

DIÁRIA

**PORTARIA Nº: 02108/2024/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA**  
Objetivo: Realizar visita técnica na Diretoria Geral de Polícia Penal - DGAP.  
Origem: BELÉM;  
Destino: GOIÁS;  
Período: 01/04/2024 a 03/04/2024;  
Diária(s): 2 e ½ (duas e meia);  
Servidor(es):  
54193370; Rita De Cassia Malcher da Silva; Policial Militar; Valor: R\$ 1.647,20; Lotação: Central Integrada de Monitoramento Eletrônica;  
5939000; Diana Cintia Nunes da Silva Ferreira; Técnico Em Gestão Penitenciária/Serviço Social; Valor: R\$ 1.647,20; Lotação: Central Integrada de Monitoramento Eletrônica;  
Valor Total: R\$ 3.294,40  
Ordenador: Luiz André Conceição Maués  
**Protocolo: 1057965**

**PORTARIA Nº: 02025/2024/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA**  
Objetivo: Escoltar 01 (Uma) PPL para apresentação em Sessão do Tribunal do Júri.  
Origem: Santarém;  
Destino: Oriximiná;  
Período: 14/03/2024 a 17/03/2024;  
Diária(s): 3 e ½ (três e meia);  
Servidor(es):  
5954286; Marcio Roberto Soares Colares; Policial Penal; Valor: R\$ 830,83; Lotação: Unidade de Custódia e Reinserção de Santarém;  
5975215; Alessandro de Andrade Barroso; Policial Penal; Valor: R\$ 830,83; Lotação: Central de Custódia Provisória de Santarém;  
5953927; Joel Alcantara da Silva; Policial Penal; Valor: R\$ 830,83; Lotação: Unidade de Custódia e Reinserção de Santarém;  
Valor Total: R\$ 2.492,49  
Ordenador: Luiz André Conceição Maués  
**Protocolo: 1057950**

**PORTARIA Nº: 02019/2024/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA**  
Objetivo: Realizar a escolta de 01 (uma) PPL para participar de sessão do Tribunal do Júri.  
Origem: SANTARÉM;  
Destino: ORIXIMINÁ;  
Período: 13/03/2024 a 16/03/2024;  
Diária(s): 3 e ½ (três e meia);  
Servidor(es):  
5970368; Hannah Maciel Santos da Silva; Policial Penal; Valor: R\$ 830,83; Lotação: Unidade De Custódia e Reinserção Feminina de Santarém;  
5971174; Romario Luiz Azevedo; Policial Penal; Valor: R\$ 830,83; Lotação: Central de Custódia Provisória de Santarém;  
5950202; Alessandro Herundino Pereira Rodrigues; Policial Penal; Valor: R\$ 830,83; Lotação: Unidade de Custódia e Reinserção de Santarém;  
Valor Total: R\$ 2.492,49  
Ordenador: Luiz André Conceição Maués  
**Protocolo: 1057954**

**PORTARIA Nº: 01909/2024/DIÁRIAS/DGP/SEAP/PA**  
Objetivo: Adentrar nas unidades penais da cidade de Santarém, empreender revistas e se estabelecer, dando continuidade nas rotinas operacionais.  
Origem: Santa Izabel Do Pará;  
Destino: Santarém;  
Período: 27/03/2024 a 17/04/2024;  
Diária(s): 21 e ½ (vinte e uma e meia);  
Servidor (es):  
5701015; Ernani Mota Correa; Policial Militar; Valor: R\$ 6.640,06; Lotação: Comando de Operações Penitenciária;  
5616352; Alcides Mauro Rabelo Paixão; Policial Militar; Valor: R\$ 6.640,06; Lotação: Comando de Operações Penitenciária;  
5699835; Werlhem Magalhaes Camilo; Policial Militar; Valor: R\$ 6.640,06; Lotação: Comando de Operações Penitenciária;  
57926301; Marcos André do Lago Freitas; Policial Militar; Valor: R\$ 6.640,06; Lotação: Comando de Operações Penitenciária;  
57221570; Philipi Bernardo Pereira de Souza; Policial Militar; Valor: R\$ 6.640,06; Lotação: Comando de Operações Penitenciária;  
57221570; Roberto Cesar Rodrigues Gonçalves; Policial Militar; Valor: R\$ 6.640,06; Lotação: Comando de Operações Penitenciária;  
4219649; Adson Augusto Lopes de Sousa; Policial Militar; Valor: R\$ 6.640,06; Lotação: Comando de Operações Penitenciária;  
64027451; Diego Henrique Santos da Silva; Policial Militar; Valor: R\$ 6.640,06; Lotação: Comando de Operações Penitenciária;  
Valor Total: R\$ 53.120,48  
Ordenador: Luiz André Conceição Maués  
**Protocolo: 1057960**

OUTRAS MATÉRIAS

**PORTARIA DE FUNÇÃO GRATIFICADA Nº 2183/2024/CRH/DGP/SEAP/PA Belém, 03 de Abril de 2024.**  
O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas, pela PORTARIA Nº 037/2023/GAB/SEAP de 30/01/2023; Resolve:  
DISPENSAR do (a) servidor (a) ROSINETE DO SOCORRO DA SILVA FARIAS, matrícula funcional nº 5266564, a Função Gratificada de Supervisor de Serviços Técnicos Penitenciários de Assistência Biopsicossocial, da lotação na Unidade de Custódia e Reinserção de Cametá (UCR CAMETÁ), a contar de 01/04/2024.  
CONCEDER ao (à) servidor (a) VICENTE DE PAULO RIBEIRO ESTUMANO, matrícula funcional nº 5934116, a Função Gratificada de Supervisor de Serviços Técnicos Penitenciários de Assistência Biopsicossocial, na referida lotação, a contar de 01/04/2024.  
WALDILSON COLINS  
Diretor de Gestão de Pessoas

**Protocolo: 1057837**  
**LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES PORTARIA Nº 334/2024 – DGP.SEAP BELÉM, 03 DE ABRIL DE 2024.**  
O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:  
Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares, sem remuneração, ao servidor MARCIO ANTERO DA LUZ TEIXEIRA DA COSTA, Técnico em Enfermagem, Matrícula 5933749/2, no período de 05/04/2024 a 04/04/2026.  
WALDILSON COLINS  
Diretor de Gestão de Pessoas

**Protocolo: 1057879**  
**LICENÇA PATERNIDADE PORTARIA Nº 333/2024 – DGP/SEAP BELÉM, 03 DE ABRIL DE 2024.**  
O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:  
CONCEDER 20 (vinte) dias de LICENÇA PATERNIDADE ao servidor HERLLON JEFFERSON SOUZA DE ARAUJO, Policial Penal, Matrícula nº 5953945/1, no período de 25/03/2024 a 13/04/2024.  
WALDILSON COLINS  
Diretor de Gestão de Pessoas

**Protocolo: 1057873**



FÉRIAS

**PORTARIA Nº 109 DE 03 DE ABRIL DE 2024**  
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 138, da Constituição do Estado do Pará, c/c o Art. 34, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Cultura, aprovada pelo Decreto nº1.434, de 13 de dezembro de 2004, RESOLVE:  
CONCEDER, de acordo com o Art. 74 da Lei nº 5.810 de 24.01.94, 30 (trinta) dias de férias consecutivos aos servidores abaixo relacionados, referente ao mês de MAIO/2024.

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
5933792/3	Diego Tavares da Silva Trindade	01.06.2022 a 31.05.2023	01.05.2024 a 30.05.2024
57191443/1	Isabel Cristina Cordeiro Lopes	13.12.2022 a 12.12.2023	21.05.2024 a 19.06.2024
31836/1	João Rodrigues Lopes	01.04.2023 a 31.03.2024	01.05.2024 a 30.05.2024
32310/1	Magda Helena Chaar Abdul Khalek	01.03.2023 a 28.02.2024	01.05.2024 a 30.05.2024
5947057/3	Marcia Tamiko Vianna Yamada	17.04.2023 a 16.04.2024	02.05.2024 a 31.05.2024
5085020/1	Maria do Céu Pereira Silva	12.05.2023 a 11.05.2024	15.05.2024 a 13.06.2024
4008960/2	Neusa Cardoso Bittancourt	30.04.2023 a 29.04.2024	02.05.2024 a 31.05.2024
32271/1	Rosa Maria de Lima e Silva Correa	01.02.2023 a 31.01.2024	06.05.2024 a 04.06.2024

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.  
Secretaria de Estado de Cultura, em 03 de abril de 2024.  
URSULA VIDAL SANTIAGO DE MENDONÇA  
Secretária de Estado de Cultura/SECULT.  
**Protocolo: 1057935**